

**PATRIMÓNIOS**  
<sup>de</sup> **INFLUÊNCIA PORTUGUESA:**  
**modos de olhar**

WALTER ROSSA  
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO  
[ORG.]





## TÍTULO DO LIVRO

Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Fundação Calouste Gulbenkian

URL: <http://www.gulbenkian.pt>

Vendas online: <http://www.montra.gulbenkian.pt>

Editora da Universidade Federal Fluminense

## ORGANIZAÇÃO

Walter Rossa

Margarida Calafate Ribeiro

## AUTORES

Ana Maria Mauad, António Sousa Ribeiro, Eduardo Lourenço, Francisco Bethencourt, Francisco Noa, Graça dos Santos, Helder Macedo, José Pessôa, Luísa Trindade, Luís Filipe Oliveira, Margarida Calafate Ribeiro, Maria Fernanda Bicalho, Miguel Bandeira Jerónimo, Mirian Tavares, Renata Araujo, Roberto Vecchi, Sandra Xavier, Sílvio Renato Jorge, Vera Marques Alves e Walter Rossa

## PRODUÇÃO

Nuno Lopes

## REVISÃO

Maria da Graça Pericão

## DESENHO GRÁFICO

António Barros

## CAPA

Helena Rebelo

## INFOGRAFIA

Alda Teixeira

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint – a casa do livro

## ISBN

978-989-26-1040-5

## ISBN DIGITAL

978-989-26-1041-2

## DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>

## DEPÓSITO LEGAL

397619/15

**PATRIMÓNIOS**  
de  
**INFLUÊNCIA PORTUGUESA:**  
modos de olhar

WALTER ROSSA  
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO  
[ORG.]

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

MODOS DE OLHAR . . . . .	9
<i>Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro</i>	
1.ª PARTE: CONCEITOS	
1. Língua, comunidade e conhecimento . . . . .	39
<i>Helder Macedo</i>	
2. Influência, origem, matriz . . . . .	47
<i>Renata Araujo</i>	
3. Identidade, herança, pertença . . . . .	65
<i>Roberto Vecchi</i>	
4. Memória . . . . .	81
<i>António Sousa Ribeiro</i>	
5. Colonialismo moderno e missão civilizadora . . . . .	95
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
6. Colonização e pós-colonialismo: as teias do património . . . . .	121
<i>Francisco Bethencourt</i>	
ENTREVISTA COM <i>EDUARDO LOURENÇO</i> . . . . .	149
2.ª PARTE: DISCURSOS E PERCURSOS	
1. Patrimónios da palavra: reescritas nas literaturas de língua portuguesa . . . . .	173
<i>Margarida Calafate Ribeiro</i>	

2. Literatura, narrativas, discursos: o poder do discurso e a arte da narração . . . . .	225
<i>Francisco Noa</i>	
3. Leitura, citação, tradução . . . . .	241
<i>Sílvio Renato Jorge</i>	
4. Corpo, voz e língua como patrimónios de emigração . . . . .	257
<i>Graça dos Santos</i>	
5. Territórios e redes na historiografia . . . . .	283
<i>Maria Fernanda Bicalbo</i>	
6. Dos documentos à história e aos arquivos . . . . .	305
<i>Luís Filipe Oliveira</i>	
7. Práticas e materialidades, etnografias e antropologia . . . . .	329
<i>Sandra Xavier e Vera Marques Alves</i>	
8. Cinema: tempos e movimentos . . . . .	351
<i>Mirian Tavares</i>	
9. Fotografia pública e poder. . . . .	377
<i>Ana Maria Mauad</i>	
10. Desenho: discurso e instrumento . . . . .	401
<i>Luísa Trindade</i>	
11. A arquitetura como documento . . . . .	453
<i>José Pessoa</i>	
12. Urbanismo ou o discurso da cidade . . . . .	477
<i>Walter Rossa</i>	



## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a:

Fundação Calouste Gulbenkian.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Débora Santos.

Helena Salgado.

Maria da Graça Pericão.

Maria João Padez.

Nuno Lopes.

(Página deixada propositadamente em branco)

12

URBANISMO OU O DISCURSO DA CIDADE



Fig. 1 Paisagem urbana da baía de Luanda, 2014.

**Fascínio**

Tal como o território que integra, a cidade é resultado da interação dos grupos humanos que a compõem (comunidades) com o ambiente físico no qual as suas vidas se desenrolam (habitats). Se ontológica e conceptualmente pessoas e espaço físico são itens de natureza absolutamente diversa, na sua discussão epistemológica são indissociáveis. Basta invocar o quanto as origens, etimologia e semiologia da palavra *cidade* se baseiam no reconhecimento da organização da diversidade, complexidade e complementaridade

funcionais de uma comunidade, a polis. O que desde logo não só nos conduz à natureza política da cidade, como também a invocar a pulsão gregária que leva o ser humano a viver em grupos além do seu ciclo familiar, ou seja, e já num estágio avançado, ser cidadão de uma cidade e nela e para ela desempenhar e regular o exercício dos seus receios, anseios e poder. Se há coisa que a história da humanidade nos permite afirmar com segurança, é que só as culturas urbanas perseveram.

Foi, contudo, uma tendência de afirmação extraordinariamente lenta, pois só em 2008 mais de metade da população mundial passou a ser urbana, embora quase  $\frac{1}{4}$  em favelas. O fenómeno da urbanização global é de afirmação exponencial, pois se nas primeiras décadas de Oitocentos esse rácio era de apenas 2% e 10% um século depois, as projeções atuais apontam para que dentro de 15 anos atinja os 60%, 70% em 2050,<sup>1</sup> o que constituirá o confirmar da *condenação* (Rossa, 2002-2013) definitiva da humanidade à situação urbana. Será um dado particularmente expressivo ao coincidir com as décadas em que também se deverá confirmar a desaceleração global, já em curso, do crescimento demográfico. Esses indicadores globais – urbanização e abrandamento demográfico – seguem agora na Ásia e em África o padrão já há algum tempo confirmado nas regiões-comunidades do globo mais desenvolvidas, constituindo-se, também assim, em indicadores de desenvolvimento, pelo menos de acordo com os descritores e padrões comumente aceites para tal, o que mais uma vez confirma a cidade como objetivo da humanidade, e também as enormes assimetrias globais em termos de desenvolvimento e urbanidade.

Uma assimetria significativa é constituída pelo facto de parte desse percurso da humanidade para a cidade, por vezes numa dramática

---

<sup>1</sup> Estes dados encontram-se disponíveis em muitas publicações e sítios em linha, sendo contudo centrais os que a Divisão de População da ONU vai atualizando no endereço: <http://www.un.org/en/development/desa/population/>

procura de refúgio e condições de sobrevivência, estar a ser feito com a explosão de grandes concentrações urbanas (metrópoles, conurbações, mega e metapolis, etc.), as quais pela sua dimensão, policentrismo, aglutinação em *sprawl* sobre núcleos preexistentes, diluição da perceção dos limites e das identidades desafiam o conceito de cidade revisto e consolidado para a era industrial, entretanto finada. Não se trata da *post-city age* pioneiramente proposta por Melvin Webber (1920-2006) (Webber, 1968) ou da substituição das cidades por “um mundo urbanizado sem” elas, como questionou Manuel Castells (1942-) (Castells, 2004), pois, recorrendo agora a François Ascher (1946-2009), “o fim das cidades não está na ordem do dia” (Ascher, 2001)<sup>2</sup> e a história do urbanismo tem demonstrado como na cidade, além das pessoas nada se perde, tudo se regista e decanta em camadas de palimpsesto (Corboz, 2000 e 2001) e relações de hipertextualidade-hiperforma-hipercidade, que diacrónica, sincrónica e resilientemente integram a cidade contemporânea (Rossa, 2002-2013: 1.ª parte).

Trata-se de uma alteração de paradigma determinado pelas novas dinâmicas da terceira modernidade emergente, a segunda revolução nas formas de transporte e armazenamento de bens, informação e pessoas.<sup>3</sup> Todavia, a dinâmica para a concentração urbana é paradoxal, pois ocorre quando se esperava que a facilidade de comunicação gerasse a dispersão, até aliciasse uma *neoruralização* cuja

---

<sup>2</sup> Trata-se, mais precisamente, do subtítulo na edição original: *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Todo o título é uma clara oposição a proposições como, por exemplo, as de Webber ou as assumidamente utópicas de William J. Mitchell (1944-2010) (Mitchell, 1995 e 1999). Na última destas o prólogo tem precisamente como título “Réquiem por la ciudad”.

<sup>3</sup> Aquilo que Ascher designa “sistema BIP”, precisamente de bens, informação e pessoas (Ascher, 2001). Segundo ele, é nas transições estruturais entre tempos que claramente se identificam mudanças, também estruturais, nesse sistema. Ocorreu com a passagem da medievalidade para a 1.ª idade moderna; com o período das revoluções (industrial, francesa, das independências americanas, etc.) e a consequente instalação da 2.ª modernidade; e está a ocorrer agora sem que ainda possamos ter uma perceção definitiva das suas características e implicações.

urbanidade em rede seria digitalmente garantida (Mitchell, 1995 e 1999). A verdade é que a tendência da agregação acentuou-se, com densidades e formas diversas, é certo, mas conglomerada. O desafio atual é, precisamente, encontrar a forma de constituir esse todo urbano como um sistema, fazendo-o evoluir, mais uma vez,<sup>4</sup> do estágio protoarcaico de aglomeração, e com isso florescer uma nova conceptualização de cidade. Urge fazer com que o urbano fragmentário de hoje volte a ser, em moldes novos e ajustados, o ecossistema ideal para a humanidade. A história e o património, uma cultura do território, podem ajudar.

Confirma-se, pois, que só num ambiente de cidade, com a assunção de uma determinada identidade urbana – uma cultura de território – o ser humano realiza em plenitude as capacidades com que a natureza o distinguiu das demais espécies vivas conhecidas, as quais, entre muitas outras coisas, o conduzem à produção de conhecimento e, também, ao desenvolvimento cultural, um dos quatro pilares da sustentabilidade. A cultura e o conhecimento têm como lugar de enunciação esmagadoramente preferencial a cidade, sendo a partir dela que olhamos e refletimos sobre o que nos rodeia, como se e de certa forma a humanidade, além de ter construído a cidade como seu habitat natural, também o tenha feito para poder observar o resto, os 97% de superfície terrestre que existem além dela, mas também o cosmos. Observação que é necessariamente exercício de poder com vista ao conhecimento e organização desses territórios desurbanizados, mas crescentemente humanizados, em função e complemento da polis. Numa integração crescente, os sistemas territoriais e urbanos são cada vez mais indissociáveis e globais.

Mais ou menos densa, no bom e mau sentido, a cidade é assim cada vez mais concentração e capital de humanidade, um extraor-

---

<sup>4</sup> A passagem da cidade tardo-medieval para a do renascimento é um bom paralelo.

dinário organismo vivo exigindo atenção correspondente sobre os mais variados aspetos da sua vitalidade e materialidade. Contudo, os esforços desenvolvidos nesse sentido nem sempre são conduzidos segundo a visão holística que a natureza da cidade impõe. É necessário fazê-lo segundo a visão de um todo que é impossível de abarcar, ou seja, no exercício da busca da utopia do conhecimento limite que cada investigador deve procurar dentro da sua especialidade. A complexidade do fenómeno de cidade é, pois, total, sendo interessante verificar como o próprio termo *cidade* se usa para nos referirmos a um caso ou ao todo. De facto e como fui sugerindo no parágrafo anterior, mais do que indissociáveis, território e cidade são um dos mais extraordinários *holons* (Koestler, 1967), ou seja, simultaneamente sistema em si e parte de sistemas. Só em visões parciais focadas nos sistemas territoriais e de cidade, mas que integrem uma ambição prospetiva sobre o sistema geral (o tal ecossistema), se podem construir plataformas narrativas para o seu entendimento e discussão. Talvez isso ajude a compreender a ancestral necessidade de fazer falar a cidade.

Basta refletir um pouco como evoluiu cumulativamente o próprio sistema de representação, a imagem simbólica da cidade e/ou de cada uma delas. Logo nas primeiras civilizações encontramos figurações quase abstratas que, no essencial, remetem para a ideia de limite muralhado e acessos, bem como para os conceitos de ordem e centralidade (cruz, círculo, quadrado) (Fig. 2), de entre as quais se impõe referir o caso especial das mandalas, onde energias do sagrado, terreno e cosmos confluem (Fig. 3).<sup>5</sup> Surgem depois

---

<sup>5</sup> No quinto capítulo, “The Parallels”, da obra seminal de Joseph Rykwert (1926-) dedicada ao estudo do caso de Roma, é feita uma listagem e caracterização de formas equivalentes à mandala em outras culturas (Rykwert, 1963: 163-187). Noutra obra incontornável, Giorgio Muratore (1946-) dedicou-se a demonstrar a relevância da mística e simbolismo da cosmologia oriental na génese conceptual e formal da cidade moderna ocidental (Muratore, 1975).



Fig. 2 Reprodução de quatro representações de cidade *in* Norman Crowe (1995), *Nature and the Idea of a Man-Made World...* Chicago: MIT Press. No sentido dos ponteiros do relógio, a contar do canto superior esquerdo: ideograma chinês (c. 1300-612 BC); baixo relevo assírio (palácio de Nimrud, c. 1600 BC); hieróglifo egípcio para cidade (c. 3110-2884 BC); desenho islandês da Jerusalém Celeste (séc. XIII).



Fig. 3 Mandala budista de areia.



alegorias antropomórficas lembrando as imagens dos deuses (Fig. 4), a par de brasões onde, uma vez mais, no coronel se vê a muralha que, consoante o número de torres, para alguns países, como Portugal, exprime o estatuto administrativo de freguesia, vila ou cidade. No escudo figura algo de invocativo, quase invariavelmente figurativo. Contudo, à medida que a capacidade de representação direta do real e a sua reprodução surgiram e evoluíram, as cidades passaram a também ser vistas em retratos das suas materialidade e espacialidade, tendo-se então constituído estereótipos e séries a partir deles, da xilografura à fotografia tridimensional de hoje.<sup>6</sup> Assim se faz o lento e ainda curto caminho para a leitura direta na cidade do que ela tem para dizer de si própria.



Fig. 4 “Figura de Lisboa”. In Francisco d’Holanda (1571), *Da fabrica que falece...* Lisboa, Biblioteca Nacional da Ajuda.

---

<sup>6</sup> Ver neste livro o texto de Luísa Trindade e, do autor, o exercício para o caso de Lisboa (Rossa, 2015b).



Fig. 5 Big Ben (Londres), Ópera de Sidney; Torre Eiffel (Paris).

Esse momento do surgimento das representações do real por processos baseados no desenho foi também o da alvorada das descrições, muitas delas poéticas, seguido do da literatura de viagens, os quais até hoje foram registando profundas mutações, mas que na origem ergueram e desenvolveram, por vezes sem qualquer base verosímil, mitos extraordinários sobre a fundação, ritos e fundadores heroicos, justificações toponímicas e episódios gloriosos<sup>7</sup>. A comparação com arquétipos reais, como Roma, ou míticos, como a Jerusalém Celeste, surgiu também com frequência, competição que, com expressões e sofisticções muito diversas, hoje se desenvolve frenética e globalmente segundo diversas hierarquias com estratégias e meios avultados<sup>8</sup>. Constroem-se nomes, rácios, slogans, logos, mas nunca se funciona sem a associação a imagem(s), a paisagem(s) ativadas por texto ou desenho, já não através das expressões clássicas contemplativas mais elaboradas da poesia e da pintura, mas,

<sup>7</sup> Trata-se de um assunto muito explorado e, assim, com uma vasta bibliografia. Sendo talvez Roma o caso mais paradigmático, uma referência fundamental é o já referido clássico de Joseph Rykwert de 1963.

<sup>8</sup> Esta questão é, aliás, um dos mais evidentes reflexos da globalização, e surgiu teorizada com grande impacto por Saskia Sassen (1949-) em duas obras, ambas com significativas alterações nas edições mais recentes (Sassen, 1991 e 1994).

no fundo, sempre em busca e construção da aura do objeto artístico coletivo por excelência que a cidade é.

Além dos símbolos, figurações e alegorias, hoje identificamos mentalmente as cidades por imagens da sua paisagem urbana consolidada, nas quais têm de figurar alguns bens diferenciadores, por detalhes com carga simbólica, ícones, ou, se assim o quisermos, imagens de marca (Fig. 5). A isso somamos um conjunto de experiências alheias (descrições, músicas, reportagens, comentários) que se esvanecem quando logramos visitá-las presencialmente com o exercício de todos os nossos sentidos,<sup>9</sup> para depois ressurgirem misturando e relativizando as verdades da nossa experiência, manipulando a nossa memória e os nossos sonhos, a nossa forma de interagir com a realidade.

Em suma, pese embora o facto de as mais diversas formas de expressão cultural e artística terem nos seus reportórios inúmeras invocações e representações de cidades, é na imagem das suas materialidade e espacialidade que nos detemos e investimos construindo a síntese que delas temos em mente. Alinhar alguns dispositivos conceptuais e metodológicos para a recolha e edição desse discurso é a utopia deste texto, necessariamente submisso ao enorme fascínio, por vezes inconsciente e sempre baseado em abstrações da realidade, exercido pela miríade de facetas estruturais, formais e epidérmicas do sistema urbano e da sua extraordinária e permanente dinâmica de transformação. Discurso que, só por si, é uma genuína expressão patrimonial das comunidades condenadas a cada cidade, muitas com influência portuguesa, o que pode ser um veículo de ligação e reforço das suas identidades.

---

<sup>9</sup> O conceito comum de paisagem, em especial quando se refere “experiência de paisagem”, apela precisamente à integração de todas as sensações e não as meramente visuais.

## Urbanismo, paisagem, cultura do território, história, património urbanístico

Regressando à primeira frase deste texto, reconheçamos então no ambiente físico da cidade o habitat humano, a espacialidade do urbano, a qual é, nem mais, urbanismo. É um termo novilatino, cunhado com o florescimento da disciplina nas últimas décadas de Oitocentos a partir do étimo *urbis* da cultura clássica.<sup>10</sup> Como Françoise Choay (1925-) o foi destacando (Choay, 1992: 135-157),<sup>11</sup> o urbanismo surgiu e desenvolveu-se a par, ou por vezes por confronto,<sup>12</sup> com a sua própria historiografia e a formação de consciência sobre o carácter patrimonial do urbano, o que resultou no facto de, no essencial, o seu corpus teórico se confundir com a sua história. A natureza do objeto assim o impôs, pois a cidade não é uma invenção, mas uma recriação permanente. Durante muito tempo manteve-se, contudo, a confusão entre urbano e urbanismo, ou mais precisamente, entre património urbano e património urbanístico, aliás tal como persiste sobre outras declinações do étimo em glosa.

Ao invés de cidade, *urbe* não reporta preferencialmente às pessoas, e as suas várias e tardias declinações têm levado tempo a afirmar-se, primeiro na sua geografia linguística de origem, depois noutros âmbitos, designadamente o anglo-saxónico, o que é relevante em reflexões comparativas e na teorização disciplinar que

---

<sup>10</sup> Considera-se que surgiu na *Teoría general de la urbanización...* (Cerdá, 1867) de Ildefonso Cerdá (1815-1876), ou seja, a partir da palavra que designa o processo e não a coisa em si.

<sup>11</sup> É neste capítulo “L’invention du patrimoine urbain” da sua obra seminal sobre património, que Choay o formula de forma clara. Contudo, esse é o corolário de um percurso onde a cultura urbanística, como teoria e história, foram dissecadas, designadamente em *L’Urbanisme, utopies et réalités* de 1965 e *La règle et le modèle. Sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme* de 1980.

<sup>12</sup> “L’histoire des doctrines de l’urbanisme et de leurs applications concrètes ne se confond nullement avec l’invention du patrimoine urbain historique et de sa protection” (Choay, 1992: 139).

não cabem no escopo deste texto (Rossa, 1989-2001: 13-22). Essas declinações não só definem o que é o objeto da sua existência, *urbanismo*, como o processo da sua construção, *urbanização*,<sup>13</sup> e teorização, *urbanística*, aqui num desvio em relação ao que seria linguisticamente mais correto, *urbanologia*.<sup>14</sup> Teorização que necessariamente inclui, como laboratório empírico, a formulação de planos e projetos de urbanização, pelo menos aqueles em que a discussão teórica os encabeça e é claramente assumida.

Coloca-se contudo a questão da natureza do urbanismo, já acima considerado “ambiente” e “espacialidade” o que nos remete para uma imaterialidade. Contudo a cidade concretiza-se e transforma-se continuamente por processos de (re)*urbanização*, ou seja de construção e transformação física e respetiva ocupação e vivência por pessoas com usos e funções.<sup>15</sup> Essa construção concretiza objetos edificados de natureza arquitetónica no seu sentido mais lato, sejam eles edifícios, espaços públicos (incluindo os verdes de utilização colectiva), vias e barreiras, entre outros. É o sistema formado pela interação do seu conjunto com as características endógenas do sítio, a sua articulação e espacialidade resultantes, o que constitui o urbanismo e é uma demonstração simples da sua já referida natureza imaterial. Imaterialidade que na sua corporização em construção e/ou arquitetura, além de se conformar como uma realidade abstrata, assume dimensões que constituem um sistema em tríade, o

---

<sup>13</sup> Camillo Sitte (1843-1903) é autor de outra obra de fundação da disciplina (Sitte, 1889), na qual verificamos como, tal como para Cerdá, foi a perceção da existência de um processo de construção da cidade (*städte-bau*) que presidiu à sua redação, precisamente para melhor o determinar e, assim, qualificar. Claro que *urbanização* tem ainda a dimensão semântica da passagem de selvagem ou rural a urbano, aliás usada no segundo parágrafo deste texto.

<sup>14</sup> Foi um processo de estabilização não assumido, no qual a hegemonia da teorização urbanística italiana das décadas de 1960 a 1980 acabou por ser determinante.

<sup>15</sup> Nesta oração é fundamental terem-se em conta os processos parciais e, em alguns casos, quase quotidianos de reurbanização, reconstrução e/ou renovação, refuncionalização, reabilitação, etc.

qual temos vindo a testar empiricamente nas mais comuns ações de análise urbanística: estrutura, forma e imagem.<sup>16</sup>

Além da significação óbvia de cada um desses termos, assim constituídos nas componentes analíticas do urbanismo, importa referir como se organizam segundo uma hierarquia de mutabilidade – da mais volátil imagem, à mais perene estrutura – e visibilidade – da invisível estrutura, à evidente imagem. No meio a forma, que materializa a estrutura e se reveste com a imagem, a qual, nas correntes metodológicas vincadamente formalistas, é confundida com o todo (Figs. 6 e 7).<sup>17</sup> Na perceção do discurso de uma cidade é fundamental distinguir estas três componentes e mapear e caracterizar as suas articulações. Claro que numa perspetiva de tempo longo e de riqueza nos âmbitos de ação mais comuns em património (identificação, inventariação, salvaguarda, gestão, etc.), é essencialmente na estrutura que nos devemos focar, pois é nela que estão sistematizadas as invariantes, ou seja, o que é simultaneamente durável e seminal, genético. Ao invés, a volatilidade da imagem e a inevitável evolução gradual da forma, num tempo longo desagregam as respetivas componentes identitárias. E, contudo, é sobre forma e, essencialmente, pela imagem que se constitui a *paisagem urbana*, conceito que, como é evidente, surgiu com a apropriação pelo urbano da ideia de fixação contemplativa de vistas do não urbano pelas artes do desenho e poesia.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> É essencialmente em “Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela” (Rossa, 2002-2013: 97-131), que (numa perspetiva operativa) até aqui melhor discuti este assunto.

<sup>17</sup> Recorrendo ao corpo humano como analogia para uma explicação (excessivamente) simples desta tríade, temos o esqueleto como item essencialmente estrutural, os tecidos musculares e adiposos como constituintes da forma, e a pele, cabelos, vestuário e adereços como determinantes da imagem. Tratando-se de um sistema, fica pois implícita a integração e interação de cada um dos elementos.

<sup>18</sup> Mais com um enfoque interventivo no desenho urbano e espaço público, que com uma abordagem meramente teórico-crítica, foi com *Paisagem Urbana* de Gordon Cullen (Cullen, 1961) que foi lançado o termo-conceito.

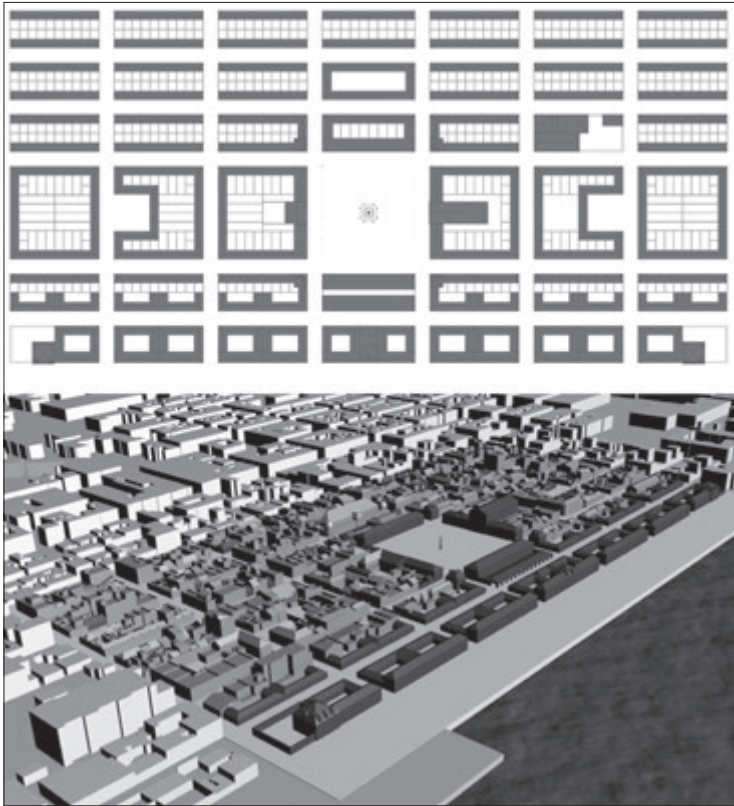


Fig. 6 *Estrutura e forma do centro de identidade de Vila Real de Santo António. In Walter Rossa e Adelino Gonçalves (coord.). Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino, 2005.*

De facto o termo-tema-conceito *paisagem* tem vindo, também ele, a ser declinado e desenvolvido, por vezes ao ponto de se perder quase em absoluto a referência semântica original – o que se contempla no território humanizado, no *pays* – e rapidamente evoluiu para a dupla *artialização* da natureza e da cultura (Roger, 1997: 11-30).<sup>19</sup> Claro que o que se vê é a imagem, a epiderme de

<sup>19</sup> É complementar e sugestiva a abordagem sintética e do ponto de vista do projeto em Franco Zagari (2006), *Questo è paesaggio: 48 definizioni*. Roma: Mancosu.



Fig. 7 *Imagem* do centro de identidade de Vila Real de Santo António em meados do século XX.

formas estruturadas no território, vista garantida e influenciada pelo espaço que medeia entre quem vê e o que vê. Essa imagem, ou melhor, a paisagem é, pois, resultante de todo um processo de construção, – no caso da paisagem urbana urbanização – o qual é espacial e cronologicamente contínuo. Por tal razão há muito que o conceito de paisagem tem implícita a construção e significação do que se vê no território, por conseguinte dinamizando a referida articulação estética entre natureza e cultura.<sup>20</sup> Em suma, na sua vertente urbana o conceito de paisagem aproximou-se do conceito

---

<sup>20</sup> O conceito-categoria de paisagem cultural foi particularmente valorizado e desenvolvido no mundo anglo-saxónico, contando com uma vasta bibliografia dedicada, dentro da área de estudos sobre património, onde se destacam vários números e artigos do *International Journal of Heritage Studies*.



de urbanismo. São ambos de uma ampla área (inter)disciplinar – urbanismo, planeamento e ordenamento do território – que tem vindo a ser alvo de uma proliferação taxonómica, não só geradora de um grande ruído, como nem sempre precedida de uma cuidadosa escolha das palavras e construção das respetivas declinações.

Um bom reflexo de tudo isso, até pelo protagonismo central que assume na teoria-ação sobre património cultural, é a forma como a UNESCO<sup>21</sup> tem vindo a utilizar e desenvolver o conceito *paisagem* no âmbito da aplicação da *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*,<sup>22</sup> o documento fundador, em 1972, do conceito *património mundial* e assim da respetiva *Lista*. As categorias de classificação são duas: sítio natural e sítio cultural, sendo admitida a classificação mista sítio cultural e natural. Esta matéria, necessariamente prevista na referida convenção, está desenvolvida em diversos documentos oficiais, de entre os quais o mais relevante são as *Orientações Técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial*, frequentemente atualizadas “to reflect the evolution of the World Heritage concept itself”.<sup>23</sup> Entre diversas disposições, designadamente processuais, contém a definição dos critérios de seleção, mas também uma especificação dos tipos de bens passíveis de ser integrados na *Lista do Património Mundial*.

Enquanto na *Convenção do Património Mundial*, *paisagem* surge apenas uma vez e isolada, nas *Orientações Técnicas...* foi proliferando com diversas combinações de revisão em revisão. Desde 1992 passaram a ser reconhecidos vários tipos de bens como *paisagem cultural*, o que foi ocorrendo a par dos tipos *idades históricas*, *centros históricos*, *canais do património* e *rotas do património*, tudo dentro da categoria de sítios culturais ou mistos culturais e naturais,

---

<sup>21</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

<sup>22</sup> É mais comum a designação abreviada *Convenção do Património Mundial*.

<sup>23</sup> Disponível em linha (<http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>).

mas nunca meramente naturais. De declinação em declinação, dentro das paisagens culturais foram ainda identificadas três categorias – *intencionalmente concebida e criada pelo homem; essencialmente evolutiva; cultural associativa* – que aqui não importa caracterizar. Importa, porém, saber em concreto o que nesse contexto normativo se entende ser uma *paisagem cultural* (*Orientações Técnicas...*, §47): As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1.º da *Convenção*. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.

Não teria sido complicado fazer evoluir essa redação, ou mesmo espelhá-la, de forma a integrar explicitamente o urbano. Já o mesmo não poderia ter sido feito ao que parece mais próximo, as *idades* ou *centros históricos*, pois a doutrina da UNESCO consolidada para estes não é sensível à importância crucial da dinâmica urbana para o fenómeno cultural que é a cidade. Basta ver nos §14 e §15 do *Anexo 3 das Orientações Técnicas...* a barreira de reservas levantadas à inscrição da categoria *idades históricas habitadas*, mais ainda à das *idades novas do século XX* – cujo “exame destes dossiês deverá ser diferido, salvo circunstâncias excepcionais” – por contraposição à das *idades não habitadas*, as únicas onde o critério básico da autenticidade é considerado garantido.<sup>24</sup> A redação, elíptica, vai toda no sentido de

---

<sup>24</sup> A questão da autenticidade, no âmbito do património cultural, suscita, há décadas, um intenso e frutífero debate aqui impossível de caracterizar, o qual se tem feito entre extraordinários textos de síntese (Waterton e Watson, 2015). Nesta última, além do texto de abertura dos organizadores e de várias referências em muitos outros, há um capítulo que lhe é dedicado: “Heritage and Authenticity”, por Helaine Silverman. Notem-se ainda as relações óbvias que o debate tem com as questões da “invenção da tradição” levantadas por Hobsbawm e Trevor Ropes e das “comunidades imaginadas” de Anderson, curiosamente ambas de 1983.

considerar que o facto de haver vida urbana põe em risco a autenticidade (um dos requisitos fundamentais para o Património Mundial), a qual tem de ser garantida à base de conservação e restauro, não de uma leitura de evolução. O que é uma aberrante contradição com a condição de *sítio cultural*, a designação chapéu para a inscrição deste tipo de bens. Se uma cidade é, por definição, um sítio cultural, deve-o à autenticidade da vida que a faz pulsar e não à ruína arqueológica em que potencialmente se poderá transformar, congelando apenas vestígios de uma autenticidade defunta. O urbano não regride, uma cidade não se restaura e sem pessoas é um fantasma.

Independentemente da sua qualidade técnica e genérica atualidade, os documentos doutrinários da UNESCO são particularmente significativos,<sup>25</sup> porque só são assumidos ao cabo de longos processos de consensualização, não por determinação de quaisquer vanguardas científicas ou culturais, e porque facilmente se convertem em clichés que os decisores políticos e os agentes económicos e culturais adotam sem questionar. Constituem-se, pois, em posições culturalmente cristalizadas e linhas mestras de ação legitimadas e prosseguidas ao mais alto nível. Devem assim ser mantidas sob escrutínio e pressão permanentes de modernização por parte de quem reflete e investiga, não apenas pelo que implicam para os bens listados, mas pela cultura patrimonial que ferram na comunidade.

Pelo menos no que diz respeito ao património urbanístico e territorial-paisagístico, urge dar um salto epistemológico, que crie e difunda uma teoria de património que descole dos conceitos e teorias da conservação e restauro para bens artísticos autónomos (no início, aliás, apenas os monumentais) dos pioneiros oitocentistas Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900),

---

<sup>25</sup> Para uma visão global desses documentos, ver *International charters for conservation and restoration: monuments and sites I*. Munique: JCOMOS. 2004; e uma outra recolha, em Lopes e Brito, 2014.

Alois Riegl (1858-1905) e Camillo Boito (1836-1914) e Cesare Brandi (1906-1988), que, no fundo, estão na base do pensamento patrimonial ainda hegemónico do qual a UNESCO, pese embora todos os esforços em contrário, é um espelho (Lopes e Correia, 2014). Teorias que não só não foram concebidas com a cidade em mente, como entretanto se desajustaram, pois a era industrial foi suplantada por outra, uma 3.<sup>a</sup> modernidade onde tudo quanto está relacionado com o cognitivo ganha protagonismo nos mais diversos setores de atividade (Ascher, 2001). São necessários novos paradigmas conceptuais que conduzam à determinação de novas linhas de atuação sobre o património cultural, as quais têm de se conformar em torno de visões integradas como as que a cidade exige.

Será esse o sentido da ação movida dentro da UNESCO para a implantação e desenvolvimento do conceito-ação – *abordagem* como tem vindo a ser vincado especificamente para este caso – Paisagem Urbana Histórica [HUL]<sup>26</sup>. Foi um processo iniciado em 2005 e que, após seis anos de debates e grande polémica, acabou consagrado (apenas) como recomendação.<sup>27</sup> A dificuldade é simples de identificar: “the acceptance of *change* as an inherent part of the urban condition” (Bandarin e Oers, 2012: 198). A definição aprovada para a “HUL approach”<sup>28</sup> é a seguinte:

– The historic urban landscape is the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting.

---

<sup>26</sup> Historic Urban Landscape, HUL.

<sup>27</sup> *Recommendation on the Historic Urban Landscape*, adoptada na 36.<sup>a</sup> sessão da Conferência Geral da UNESCO de 10 de novembro de 2011.

<sup>28</sup> Como portal de entrada na “HUL approach” ver a brochura *New life for historic cities: the historic urban landscape approach explained* editada pela UNESCO (descarregar em: <http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-1026-1.pdf>) e, fundamentalmente, Bandarin e Oers, 2012 e Bandarin e Oers (ed.), 2015.

- This wider context includes notably the site's topography, geomorphology, hydrology and natural features, its built environment, both historic and contemporary, its infrastructures above and below ground, its open spaces and gardens, its land use patterns and spatial organization, perceptions and visual relationships, as well as all other elements of the urban structure. It also includes social and cultural practices and values, economic processes and the intangible dimensions of heritage as related to diversity and identity.
- This definition provides the basis for a comprehensive and integrated approach for the identification, assessment, conservation and management of historic urban landscapes within an overall sustainable development framework.
- The historic urban landscape approach is aimed at preserving the quality of the human environment, enhancing the productive and sustainable use of urban spaces, while recognizing their dynamic character, and promoting social and functional diversity. It integrates the goals of urban heritage conservation and those of social and economic development. It is rooted in a balanced and sustainable relationship between the urban and natural environment, between the needs of present and future generations and the legacy from the past.
- The historic urban landscape approach considers cultural diversity and creativity as key assets for human, social and economic development, and provides tools to manage physical and social transformations and to ensure that contemporary interventions are harmoniously integrated with heritage in a historic setting and take into account regional contexts.
- The historic urban landscape approach learns from the traditions and perceptions of local communities, while respecting the values of the national and international communities.

A transcrição integral dos seis parágrafos da recomendação que são a definição da Paisagem Urbana Histórica,<sup>29</sup> justifica-se por não

---

<sup>29</sup> A recomendação tem 30 parágrafos além de considerandos, introdução, apêndices e glossário.

ser mais do que uma síntese da teoria-agenda da urbanística contemporânea, em especial quando dirigida a áreas urbanas existentes, consolidadas ou não.<sup>30</sup> O mesmo se verifica nas recomendações sobre as políticas, métodos e instrumentos. Na realidade, apenas se compreende a necessidade de ser introduzida mais uma designação-conceito (HUL) pelo desafio de encontrar e afirmar, num ambiente conceptual e ideologicamente reacionário, uma nova bandeira, ou melhor, uma nova marca, a qual vai muito para além do que pode ser contido pelos conceitos de *paisagem urbana* ou *paisagem cultural*. Hostilidade que advém de uma visão cristalizadora do património (conservacionista e restauracionista), legítima para tipos de bens sem organicidade, ou seja, sem relação de nexos com o território e a cidade. Pena é que se tenha recorrido ao já conceptualmente estirado conceito de paisagem, confundindo irreversivelmente vários conceitos e níveis de análise, intervenção e gestão patrimonial e urbana, e não tenha sido possível afirmar aquilo de que realmente se trata: *património urbano* em geral, *urbanístico* quando o enfoque é sobre o habitat humano, a espacialidade da cidade que é o foco deste texto.

A explicação, com exemplificação, do que se entende por *património urbanístico* foi já publicada em alguns textos (Rossa, 2002-2013: 1.<sup>a</sup> parte).<sup>31</sup> De forma sintética pode dizer-se que consiste no

---

<sup>30</sup> Não será mera coincidência o facto de um dos principais proponentes da HUL ser o holandês Ron von Oers, e ser evidente a inspiração que aquele tem no *Belvedere Memorandum, a policy document examining the relationship between cultural history and spartial planning*, anunciado em 1997, pelos Minister of Education, Culture and Science, the Minister of Public Housings Spatial Planning and the Environment and the Minister of Agriculture, Nature Management and Fisheries holandeses (Janssen *et al.*, 2014).

<sup>31</sup> Aqui fica um dos parágrafos:  
 “O *Património Urbanístico* [...] é património imaterial virtualmente corporizado pelo conjunto de edifícios de um núcleo, nele se destacando o edificado anónimo ou genérico – até há bem pouco tempo designado *de acompanhamento* – e não só os elementos notáveis, sejam eles monumentos, edifícios ou espaços públicos. No fundo é um sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e

conjunto de características estruturais, com implicações construtivas, espaciais ou arquitetônicas, que garantem as características centrais da identidade urbanística de um conjunto urbano, deixando espaço para um desenvolvimento harmonioso da forma e da imagem com as preexistências. Por outras palavras, é o sistema de valores que têm de ser instituídos como invariantes para garantir que a incontornável, por vezes desejável, evolução decorra sem se perder o que conecta o espaço com a sua comunidade e a sua cultura. Até ao momento a melhor analogia é a do genoma, um código para o crescimento e vida sem perda do *eu*. Como o genoma, o *património urbanístico* é uma abstração com uma corporização tão evidente que com ela facilmente se confunde. No limite a invariante é o que em património é ou contém um discurso consolidado, por contraste com conjuntos de palavras soltas ou frases truncadas e/ou sem nexos (Figs. 8 e 9).

De uma forma prosaica, insuficiente e meramente ilustrativa, podem integrar-informar o *património urbanístico* de uma cidade, de um conjunto de cidades ou até de cidades territorialmente separadas, mas unidas por laços culturais como as de influência portuguesa: o sistema primário de divisão da propriedade (parcelário) e das suas relações com os espaços públicos e de poder, em especial se ele revelar padrões; relações tipificáveis do edificado com a parcela em que se insere e, assim, com o espaço público, vizinhos e logradouros;<sup>32</sup> sistemas construtivos determinados pelas

---

recria num contínuo recurso à arquitetura, transformando cores, anúncios, perfis de arruamentos, trânsito, árvores e plantas, etc. O *património urbanístico* é o sistema imaterial residente – resistente, se quisermos – da vida urbana e da sua evolução e transformação sem soluções de continuidade. A sua resultante é a paisagem urbana e a sua função central consiste na estruturação física da vida, ou se quisermos, da ecologia urbana.”

Ver também Gonçalves, 2011, em especial a rubrica “Será o património urbanístico um conceito útil?”

<sup>32</sup> Lotes estreitos e compridos em regra determinam não só implantações do edifício à frente com logradouro atrás, como também sistemas de traçado em ruas e travessas, que por sua vez se relacionam com maior frequência com quarteirões retangulares ou alongados.



Fig. 8 Rotura do sistema proporcional-compositivo de um dos lados da Rua Padre António Vieira (Coimbra).



Fig. 9 Rotura, por alteração da estrutura e das regras de composição e escala da forma, nas características do património urbanístico da zona de Belém-Junqueira pelo novo edifício do Museu Nacional dos Coches (Lisboa).



caraterísticas climatéricas, geológicas e de recursos naturais do território;<sup>33</sup> sistemas compositivos determinados, por exemplo, por maiores ou menores luminosidade (tamanho dos vãos) e pluviosidade (proteção com alpendres), o que é extensível às soluções mais comuns para a realização, forma (planas, terraço, inclinadas), escolha de materiais (chapa, telha, vegetal) e remate das coberturas e da relação destas com os alçados (platibanda, beirado); de tudo isso depende a proporção entre cheios e vazios como os vãos, mas também influi a cultura de maior ou menor zelo pela privacidade, no que a religião tem um papel fundamental; dessa linha advêm também regras para as formas de relação entre público e privado (o que tem tradução, por exemplo, nas formas de vedação), mas também a forma como fisicamente se relacionam funções básicas como a habitação e o comércio. Trata-se, em suma, do vasto elenco de caraterísticas que num tempo longo se decantaram da relação mais natural, equilibrada e sustentável entre a(s) comunidade(s) e o(s) seu(s) habitat(s).

Ao invés do que outros conceitos que as ditas *ciências do património* determinam, o *património urbanístico* de uma cidade ou área urbana deve ser passível de catalisar e informar um plano integrado de desenvolvimento urbano ou, por outras palavras, cumprir os princípios da “HUL approach”. A visão e abordagem holística e integradora, ativando a participação e, assim, o compromisso de todos nesse processo de planeamento de *salvaguarda em desenvolvimento*,<sup>34</sup> é um instrumento único para o relançamento da

---

<sup>33</sup> Um território onde escasseia a pedra ou esta é de má qualidade, tende a determinar para o grosso do seu edificado a construção em tijolo, adobo ou madeira, o que por sua vez tem implicações na relação entre edifícios adjacentes. Se a isso acrescentarmos questões como, para o caso da construção em tijolo ou adobo, a existência ou não de materiais que possibilitem a realização de rebocos, ficamos com uma ideia clara de como aquilo que pode parecer uma mera opção de imagem pode ter como base necessidades que na realidade são estruturais.

<sup>34</sup> Esta é outra expressão que temos vindo a utilizar (Gonçalves, 2011; Rossa, 2002-2013: 1.ª parte).

relação proactiva dos cidadãos com o seu ecossistema, fundamental para a integração das problemáticas do património na cultura e no dia a dia dos cidadãos, potenciando o desenvolvimento dos seus sentimentos de pertença e identidade. Na construção em curso da terceira modernidade, a sustentabilidade é já algo do conhecimento comum e empenhamento de muitos. A cultura está consagrada como um dos seus quatro pilares,<sup>35</sup> a par com o ambiente, a economia e a sociedade, e nela o património desempenha um lugar central. Ou seja é algo que está em afirmação como determinante para a vida de cada um, e no seu eixo tudo quanto tenha a ver com o seu habitat, a sua esfera urbana.<sup>36</sup>

Desde sempre e como já antes referi, o centro é uma das questões fulcrais do fenómeno urbano. Centros que têm necessariamente de ter coroas em seu redor, as quais quando perdem a sua solidez urbana (densidade, continuidades, funcionalidades, etc.) são consideradas periferias. Ao invés do que sucedia antes da era industrial, as periferias – que, conforme as culturas, até então se designavam, por exemplo, arrabalde ou *faubourg*, e até hoje subúrbio – são agora muito maiores que a parte consolidada, central. Isso fez com que esse espalhar do urbano dito “em mancha de óleo”, ou *sprawl*, fosse atingindo e aglutinando-se com os de outros centros, originando contínuos urbanos (conurbações) pontuados, até toponimicamente, por esses centros (Solà-Morales i Rubió, 1993) (Fig. 10). No fundo é uma mera ampliação do que sempre aconteceu, mesmo a partir de pequenos núcleos sobre outros ainda mais pequenos, aldeias. Hoje a expressão deste fenómeno simples e de tempo longo pode

---

<sup>35</sup> Entre múltiplas alternativas, o *Creative economy report 2013...* é uma extraordinária demonstração do papel que a cultura, as cidades e o património podem desempenhar no desenvolvimento humano.

<sup>36</sup> A cultura está a tornar-se, cada vez mais, o fulcro da atividade e economia urbanas, o tema objeto das estratégias de planeamento urbano (Monclous e Guardia, 2006).

constituir a estrutura básica da forma urbana de uma pequena ou média cidade, ou de uma enorme metrópole.

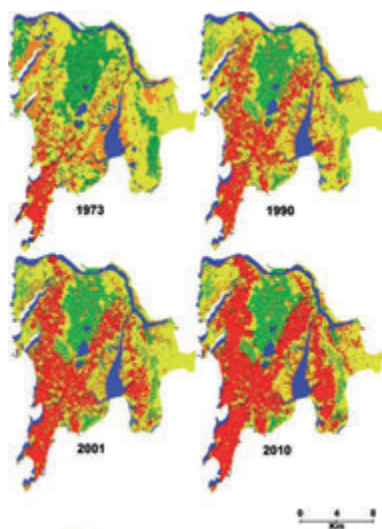


Fig. 10 *Sprawl* de Mumbai sobre território com centros urbanos consolidados preexistentes, que se transformam em centralidades metropolitanas. In <http://udconnect.net/mumbai-urban-sprawl-urbanization/>

Esses centros, distribuídos em rede pelos territórios urbanizados, desempenham um papel simultaneamente magnetizador, dinamizador e difusor de urbanidade. Há casos em que recebem o epíteto de *centro histórico*, o que já há muito venho pondo em causa, preferindo o mais operativo e integrador de *centro de identidade* (Rossa, 1989-2001: 18-19). O seu potencial de conjunto para a reconfiguração do conceito de cidade é tão grande, quanto são cruciais no reformular e garantir da sustentabilidade cultural, em rede, dessas comunidades urbanas alargadas. Todos esses centros têm história, todos são matéria contemporânea, todos são património urbano significativo, um arquivo discursivo de expressões urbanas e, desig-

nadamente, urbanísticas. E se tudo isso é verdade numa realidade urbana territorialmente contínua, por que não aplicá-lo também de forma interpolada, ou seja, entre comunidades distantes, mas com afinidades culturais como as de influência portuguesa?

### **Gramática urbanística**

No âmbito mais estrito, mas fundamental, do património urbanístico, a dimensão técnica e disciplinar requerida pela determinação das suas invariantes ou características estruturais – o seu vocabulário e regras de composição – não deve ser transformada numa *tecnopacidade* que demagogicamente vede o seu conhecimento e gestão aos cidadãos. A elevação do nível da *cultura do território* de uma sociedade é um objetivo alcançável desde que politicamente assumido, ou seja, desde que uma vez desejado se transforme em ação política, por exemplo com reflexos nos diversos níveis de ensino. As ferramentas básicas são simples e o seu relacionamento intuitivo, embora requeiram uma mentalidade, um pensamento matemático rudimentar, sendo tão importante a sensibilidade quanto o conhecimento de partida e o desígnio cidadão de democratização da gestão territorial.

Nessa linha passemos então a um breve exercício que, com o recurso a uma atrevida analogia, poderá ajudar a tornar um pouco mais claros os procedimentos básicos da análise urbanística. O ponto de partida é este: ao admitirmos, como é axioma base deste texto, que os elementos urbanos que têm vindo a ser referidos e as respetivas relações constituem uma linguagem, então estamos implicitamente a aceitar que o seu sistema de regras, a sua estrutura, constitui *uma gramática*. No sistema clássico de organização das atividades e conhecimento, a gramática surge integrada nas sete Artes Liberais. A subdivisão destas em dois grupos, apartava no *Trivium*

a gramática, a lógica e a retórica (processadoras da comunicação e estimuladoras do espírito), e no *Quadrivium* (relacionado com a compreensão da matéria) a geometria (teoria do espaço), aritmética (teoria dos números), astronomia (aplicação da geometria) e música (aplicação da aritmética). Curiosamente, a linguagem urbanística configura-se, assim, como algo transversal a tudo isso, ou seja e estabelecendo um exercício de pura analogia, na sua materialidade espacial a cidade resulta do exercício contínuo das artes liberais pela sua comunidade ao longo do tempo, em suma é, por excelência, a “arte inconsciente da comunidade.”<sup>37</sup>

Intuir que os elementos de base, as *palavras e frases* que urbanisticamente conformam uma cidade são a praça, a rua, o quarteirão, a parcela, o edifício, o parque, o largo e as diferentes imagens e sociabilidades que induzem, não deve ser transformado em algo complexo e opaco, até porque o não é. Também deve ser assumido, sem qualquer complexidade, que a sua composição em *textos*, no fundo consiste nas relações daqueles elementos entre si no território que lhes serve de suporte, produzindo padrões estruturais e formais cuja taxonomia surgiu da apropriação da dos têxteis (traçado, tecido, malha, padrão), e que isso não só pode ser facilmente representado através de esquemas de desenho simples, como produz espacialidades diversas, por vezes únicas.<sup>38</sup> Tudo se complica um pouco mais quando, progredindo pela complexidade dos sistemas urbanísticos, queremos introduzir o suporte, o território que – com o seu relevo, linhas de água, pontos marcantes como os topos dos montes e a sua ocupação – é a principal infraestrutura da cidade (o papel onde

---

<sup>37</sup> Subtítulo do texto, “História do urbanismo e identidade: a arte inconsciente da comunidade” (Rossa, 1989-2001: 13-22).

<sup>38</sup> Este assunto, ao qual voltarei adiante, tem uma sistematização já muito variada e consolidada (Lynch, 1960) (Kostof, 1991 e 1992) (Coelho, 2013), desde o primeiro momento incluindo pesquisa sobre a forma como as pessoas percebem o espaço do seu habitat, e também sobre como lhes fazer chegar informação sobre isso mesmo.

se inscreve o discurso), a primeira e principal condicionante do seu desenho. Já não será qualquer um a fazê-lo, mas com os meios hoje existentes (SIG,<sup>39</sup> 3D,<sup>40</sup> realidade virtual), é fácil disponibilizar suportes com registo simultaneamente rigoroso e de fácil percepção.

Estendendo a analogia, o mesmo pode ser assumido em relação a outros aspetos, onde os sistemas de composição e proporção internos de cada um dos elementos (edifícios, espaços públicos, parcelário etc.) e as suas relações também compositivas e proporcionais com os demais, uma vez sistematizados são dados indispensáveis para a caracterização do discurso urbanístico de uma unidade urbana consolidada. No fundo é tudo uma questão de escala, de leitura de processos e relações, pois nada de novo há para inventar no que diz respeito aos conceitos e métodos de leitura e interpretação urbanísticas. Todavia é necessário clarificar, encontrando novas formas de recolha, interpretação e explicação, no que o aumento exponencial da capacidade de processamento e relacionamento de dados vetoriais e de imagem proporcionados pela informática é estimulante e determinante. A principal dificuldade reside na extraordinária complexidade de relações e hierarquias, na natureza de *holon* acima referida que a cidade corporiza.

As circunstâncias deste texto não proporcionam lugar nem competência para agora progredir pela evolução e relações da linguística para a semiótica (no fundo a interpretação do meio ambiente), e daí continuar a extrair expressivas analogias para os meus argumentos. Mas se admitimos axiomáticamente que o urbanismo é uma linguagem, então está implícito que se constitui como um sistema de signos. Por isso nos interessa o conceito *gramática*, ou seja, não na perspectiva descritiva ou normativa como mais habitualmente é

---

<sup>39</sup> Sistema de Informação Geográfica.

<sup>40</sup> “3 dimensões”, mais concretamente representação dinâmica da tridimensionalidade em suporte bidimensional que, por norma, é o ecrã de um computador.

utilizado em linguística, mas como alegoria simplificativa, numa perspectiva comparativa e estruturante, para podermos estudar expressões que não são língua, mas são linguagens, sistemas de signos. Em suma, gramática como sistema, nunca como lista de regras, instrumento e objetivo.

Sistema que no seu mundo próprio, o da linguística, contém um número considerável de categorias de análise, das quais, continuando a explorar a analogia, nos interessam apenas algumas:<sup>41</sup> *Morfologia* e *sintaxe* dizem respeito a aspetos estruturais e por isso têm sido já muito usadas e (con)fundidas na nossa área disciplinar, o urbanismo; de forma muito simples, pode-se dizer que na *sintaxe* vemos como os elementos (p.e. edifícios) se organizam para formar frases (p.e. ruas), composições que à escala urbana são primárias, e na *morfologia* o que resulta como forma e a regras da sua estruturação; ambas são, pois, cruciais para o reconhecimento de duas das três dimensões que constituem a tríade da análise urbanística, ou seja, a forma e a estrutura, deixando de lado a imagem. O que já não acontece com o par analogicamente relevante constituído pela *fonologia* e *semântica*, pois têm tudo a ver com a transmissão, a performance, ou seja, a imagem, a terceira dimensão daquela tríade. Influenciadas por múltiplos fatores, incluindo a moda, brilho, cor, textura, *lettering*, por exemplo, são a última e mais volátil-mutável camada do discurso urbanístico. Por último a *pragmática*, que em linguística é a sugestiva expressão usada para o que de forma mais simples se pode designar por *usos da linguagem*, ou seja, o sítio e a sua relação com o território e com outros discursos urbanísticos ou, forçando um pouco mais, os *contextos*.

Como acima disse *morfologia* e *sintaxe* já há muito que foram apropriadas pela investigação em arquitetura e urbanismo, a primeira

---

<sup>41</sup> Ficam de fora, por exemplo, a fonologia, a lexicologia, a terminologia, a etimologia, a estilística, a filologia.

fundamentalmente como *morfologia urbana*, a segunda como *sintaxe espacial*. Há vários grupos de investigadores, projetos, associações, publicações e reuniões científicas regulares que não é viável listar e caracterizar, até porque estabeleceram linhas de trabalho diversas com variações sensíveis que também se refletem na taxonomia. Todavia, talvez se possa indicar o ISUF<sup>42</sup> e as suas extensões nacionais como a referência básica, o mais concorrido e abrangente ponto de encontro para todos eles. Os interesses vão da análise empírica pura e simples com meios de observação rudimentares, mas não necessariamente imprecisos,<sup>43</sup> à automação do projeto e planeamento, passando também pelo património arquitetónico e urbanístico, e os métodos do mais elementar desenho às mais sofisticadas e dedicadas ferramentas informáticas. Importa, porém, deixar claro como por trás das expressões *morfologia urbana* e *sintaxe espacial*, a investigação produzida vai muito além do que ambas as designações redutoramente possam induzir, até porque seria absolutamente impossível estudar, de forma cabal e produtiva, forma sem contexto e sintaxe, sintaxe sem semântica e forma e por aí fora.

Um bom exemplo das limitações conceptuais que toda essa taxinomia sobre o discurso urbanístico induz é, precisamente, o facto de nela estar ausente a *pragmática* ou *usos da linguagem*, do que, em última análise, resultam as relações, as influências, as séries formais (Kubler, 1962) que são o objeto central do estudo da cidade como património cultural comum a diversas comunidades, como as de influência portuguesa. Para tal é crucial a introdução do conceito de

---

<sup>42</sup> International Seminar on Urban Form. Criado em 1994, publica a revista *Urban Morphology*, realiza uma reunião anual e mantém ativo o site <http://www.urbanform.org> (Moudon, 1997).

<sup>43</sup> Dois dos pioneiros mais conhecidos são M.R.G. Conzen (1907-2000), com uma abordagem histórico-geográfica inspirada pela realidade anglo-saxónica (Conzen, 1960 e 1968) e Saverio Muratori (1910-1973) e Gianfranco Caniggia (1933-1987), entre alguns outros, com uma abordagem tipológico-processual em linha com as preocupações do projeto arquitetónico e urbano (Marzot, 2002).



*hipertexto* na análise do discurso urbanístico, ou seja, das relações que trechos ou mesmo a totalidade do discurso urbanístico de uma cidade estabelecem com os de outras e, simultaneamente, com o seu próprio passado (Corboz, 2000 e 2001; Rossa, 2002-2013: 81-95). Na realidade, mais do que um palimpsesto (que remete para uma leitura arqueológica) as cidades são *discursos em caracteres azuis* que nos remetem para outras, criando redes urbanas cujas relações são necessariamente património cultural.

Levanta-se assim, uma vez mais, o problema que a área disciplinar tem com a utilização de taxonomias etimológica e semanticamente corretas, suscetíveis de uma imediata conversão interdisciplinar, bloqueando, pelo menos parcialmente, o implícito e potencialmente rico contrabando metodológico. Mesmo dentro da disciplina a não distinção entre a forma e a estrutura provoca distorções da análise. Um exemplo simples: o parcelário (ou divisão da propriedade), elemento seminal na composição urbanística, condiciona a forma, mas não o é, é estrutura. O uso da forma para tudo leva a que seja usada extensivamente, inclusive como *gramática da forma*,<sup>44</sup> uma linha de investigação de vanguarda na área da computação gráfica, com resultados de extraordinário alcance teórico e operativo, mas que tem na designação uma evidente redução do seu verdadeiro nexos. Porque não, pura e simplesmente, *gramática urbanística*?

Terminologia à parte, o que aqui acabo de expor sob o conceito genérico de gramática urbanística será suficiente para fazer entender, ou pelo menos intuir, as razões pelas quais a matéria central da teoria do urbanismo é a manipulação analítica, interpretativa e prospetiva de um discurso da cidade, o qual é uma reescrita per-

---

<sup>44</sup> A *shape grammar* foi cunhada e inicialmente desenvolvida por George Stiny na década de 1970, tendo como inspiração os estudos sobre gramática generativa do filósofo e linguista Noam Chomsky (1928-), designadamente o livro *Syntactic structures* de 1957 (Stiny e Gips, 1972; Stiny, 1980).

manente da sua história e, assim, património. Também por isso em urbanismo a história se confunde com a teoria.

### **Urbanismo(s) de influência portuguesa**

No universo cultural da influência portuguesa, a construção da consciência sobre a relevância cultural do património urbanístico teve como base o desenvolvimento da história do urbanismo, que por sua vez teve como ponto de partida o interesse, autónomo, de historiadores de arte e geógrafos portugueses e de arquitetos e geógrafos brasileiros nas décadas 1950-60 (Rossa, 2002-2013: 168-170). Independentemente de uma ou outra mais precoce inventariação e classificação como património cultural de alguns conjuntos urbanos em Portugal e no Brasil, aquela construção só adquiriu expressão nas duas últimas décadas do século passado, o que, no fundo, coincide no tempo com o que sucedeu noutras culturas. Coincide também com um significativo alargamento do número de investigadores dedicados às temáticas da história e do património urbanísticos, bem como ao estabelecimento de interação científica entre especialistas trabalhando nas diversas geografias (Araujo e Carita (org.), 1982-1997; Rossa *et al* (org.), 1999). Surgiram então as primeiras propostas de leitura geral, ou seja, para toda a geografia da urbanística de influência portuguesa (Fernandes, 1987; Rossa, 1995). Tinham, porém, como âmbito cronológico o 1.º Império,<sup>45</sup> o

---

<sup>45</sup> Considero 1.º Império Português o sistema colonial que se desenvolveu desde as ações de descobrimento e expansão do século XV até à independência do Brasil em 1822, e 2.º Império a recomposição colonial produzida com base nos territórios africanos desde então, a qual teve o seu fim na descolonização formalizada em 1975. Rejeito assim a proposta implícita em Gervase Clarence-Smith (1985), *The third Portuguese empire: 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester University Press, a qual tem como base uma perceção errada, porque fragmentadora, do sistema colonial português que precedeu o período que trata, do qual o autor é

que bem se conjuga com as suas visões nacionalistas, aliás patentes nos trabalhos setoriais que os precederam no Brasil e em Portugal.

Com graduação diversa, essa visão tinha como princípio que os modelos urbanísticos com os quais se produziu a urbanização de novos territórios, transpunham além-mar um casticismo português que ia da espontaneidade ao racionalismo da engenharia militar, passando por um variado leque de expressões, nas quais foram sempre destacados os aspetos conducentes a uma especificidade portuguesa. Entre outras razões é necessário ter em conta que o desenvolvimento dessas visões decorreu a par com o estudo e valorização, também de pendor nacionalista, do urbanismo hispânico, de maior expressão e impacto, mas essencialmente de mais imediata percepção e leitura. O facto de na cronologia do 1.º Império a produção urbana colonial ser essencialmente ibérica, favorecia não só essa surda discussão a dois, como também a exclusão de dois factos óbvios: os processos, modelos e territórios da colonização portuguesa e espanhola são muito diversos; a cultura urbanística ibérica é, antes do mais, europeia, com tudo o que isso contém de raízes da Antiguidade Clássica e, assim, de mediterrânico (Rossa, 2014). Iludia ainda um outro facto: ainda que de forma ténue, essa urbanística foi sendo matizada por influências do que colonizava e dos próprios processos de colonização. Não é a mesma coisa urbanizar *ex-novo* e *ex-nihilo* na América ou *a par* na Índia.

Haveria, pois, uma *cidade portuguesa*, expressão que desde logo contém o já denunciado pecado original de se confundir cidade com urbanismo, e tende a veicular a ideia de que as ações urbanísticas são sempre centralmente determinadas, o que não leva em conta um sem fim de matizes que dependem de culturas de território com tanto de difuso quanto de arreigado. O desenvolvimento de

---

especialista. Sobre este livro ver a recensão de Valentim Alexandre “Um imperialismo económico?” (Alexandre, 2000: 141-145).

novos estudos monográficos e/ou sínteses parcelares, e decorrente florescimento de novas metodologias como as que acima ficaram enunciadas, bem como o estabelecimento de fluxos de estímulo interdisciplinar (de que o projeto e programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa são um expoente), catalisaram a inevitável revisão do conceito, o que considero vertido no relatório significativamente intitulado *(des)Construção da cidade portuguesa...* (Rossa, 2012). Revisão que, além de propor a renovação do olhar sobre as realidades e os antecedentes medievais no seu contexto europeu, integrou a necessidade de se desenvolverem estudos sobre a produção urbanística do 2.º Império, bem como das comunidades emigradas. Porém, para uma visita aos casos, a síntese mais completa e atual será a contida na obra coletiva dirigida por José Mattoso sob a forma de dicionário-enciclopédia, *Património de Origem Portuguesa: arquitetura e urbanismo* (Mattoso, 2010).

Procurar a projeção colonial de uma expressão cultural europeia é diferente de pretender encontrar formas de expressão comuns de um conjunto de culturas com matrizes diversas. Desde logo no primeiro caso o objeto de pesquisa são as regras e/ou o modelo fundador, no segundo o que é que eles induziram de comum na cidade contemporânea, o que necessariamente implica valorizar todas as contaminações. Persiste, todavia, um vício de partida: a *ideia de cidade* (Rykwert, 1963) que preside à nossa observação é a cunhada e desenvolvida a partir das culturas clássicas do Mediterrâneo, também ela a seu tempo (Idade Média) influenciada por culturas do norte, o caso cristão-europeu, ou do médio-oriente, o caso islâmico. Temos tido muita dificuldade em reconhecer outras, o que é dificultado pela existência de estudos que as identifiquem e estudem com a profundidade com que tem sido estudados esses dois ramos do que pode ser considerado um modelo, uma ideia de partida, a da cidade da civilização do Ocidente. Em suma como identificar a presença de influências diferentes quando não conhe-

ceamos as suas linguagens, menos ainda os seus discursos? É uma questão com a qual teremos de continuar a conviver com o cuidado de não esquecer.



Fig. 11 *Prospecto da Villa de Borba a Nova...*, c.1790, Museu Botânico Bocage (Lisboa). Notem-se os contrastes.

No caso português esse problema coloca-se com intensidades muito diferentes, pois entre o Brasil e Índia, por exemplo, as expressões urbanísticas endógenas eram muito diversas, como diverso foi o investimento do processo colonial na criação de cidades e redes urbanas. Em tudo isso é também necessário conjugar os diferentes graus de intervenção do Estado, pois em alguns casos foram outros os agentes a catalisar e desenvolver processos de urbanização, de que Macau será o exemplo mais expressivo e durável. Assim se afirmaram discursos urbanísticos portugueses em territórios onde o português mal chegou a ser língua franca. Contudo, à medida que se avançava no tempo era inevitável caminhar-se para um monopólio do poder central na determinação e gestão dos processos de urbanização, o que se já aconteceu com o período iluminista (Fig. 11), foi a rotina ao longo do 2.<sup>o</sup> Império, ou seja, em África. Entretanto já se dera a extraordinária mudança de paradigma ocorrida com

a *era das revoluções*, a passagem da 1.<sup>a</sup> para a 2.<sup>a</sup> modernidade. A comparação com o império espanhol fora substituída pelas dos sistemas coloniais inglês e os demais consubstanciados pela Conferência de Berlim (1984-85).

Com efeito, a discussão sobre as complexas diferenças e convergências entre os diversos modelos e sistemas do colonialismo moderno, é uma área de debate científico extenso, intenso e prolixo, sendo que o caso português não é, de forma alguma, uma exceção.<sup>46</sup> Arrisco, porém, considerar que, por entre as suas grandes diferenças de fundo, têm especial relevância para a urbanística a pobreza do país, o antecedente (Portugal foi a única potência colonial moderna com um antecedente colonial estruturado e de âmbito global) e o caráter confessional do seu sistema (bem para além da vinculação Estado-Igreja que, aliás, teve períodos de acentuada intermitência). Os três remetem para dinâmicas de tempo longo, continuidade e invariantes que, como fomos vendo, são cruciais na cultura do território das comunidades. Por alguma razão os colonos portugueses emigravam para as colónias com a perspectiva clara de se fixar definitivamente, o que teve uma tradução evidente na expressão consolidada da arquitetura e urbanismo, no discurso urbanístico e territorial.

A isso foi correspondendo o Estado, em especial a partir da década de 1950, precisamente quando os processos de descolonização de todas as outras potências coloniais ganhavam curso. É então muito significativo que, enquanto a arquitetura e o urbanismo modernistas foram assumidos como a linguagem da utopia das independências de países como o Ghana, o Senegal, o Quênia, a Zâmbia ou a Costa do Marfim (Kultermann, 1963 e 1999; Hers, 2015), também o sejam para a construção das utopias brancas das

---

<sup>46</sup> Face à dificuldade de indicar algo claramente de síntese, remeto para o texto de Miguel Bandeira Jerónimo neste livro. Do ponto de vista da perceção de alguns fenómenos mais diretamente influentes nas questões territoriais e urbanas, vejam-se ainda Alexandre, 1998, 2000 e 2001 e Jerónimo, 2008.

colónias (então eufemisticamente províncias ultramarinas) portuguesas e da África do Sul (Haarhoff, 2011), ou seja, elementos centrais do discurso urbanístico do segregacionismo racial (Njoh, 2007). Nas colónias africanas portuguesas consolidam-se, pois, pelas décadas de 1950 a 1970, cidades com um urbanismo dual que, apesar da absoluta interdependência entre a *cidade do betão ou do asfalto* e o musseque ou o caniço (Fig. 12), apenas tinham reconhecidas como cidade as áreas resultantes dessa utopia moderna, situação que as descolonizações ocorridas em 1975 transformaram num desafio ainda por responder, talvez porque ainda não foi estudado e compreendido de forma cabal e integrada (Viegas, 2015; Rossa, 2015a). Tudo era e é, porém, uma cidade, nos casos mais expressivos, como Luanda ou Maputo, com dimensões metropolitanas e, por conseguinte, animadas por diversos centros de identidade com identidades nem sempre diversas.



Fig. 12 Urbanismo dual betão-asfalto vs. musseque-caniço em Luanda. In Sebastian Kasak (1996), “Os musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano”, *Garcia da Orta: série geografia*. Lisboa: n.º 1, vol. 15: 65-78.

Os urbanismos de influência portuguesa apresentam-se, assim, de formas extraordinariamente variadas, abrindo múltiplas linhas de investigação e de conexão com outras expressões patrimoniais e culturais, para as quais aqui fica resumidamente proposto o quadro temático, teórico e metodológico que agora concluo. É um diálogo interno de uma potencial comunidade alargada que se pode identificar nessa influência, mas também fora dela, ou não houvesse mais territórios com discursos de cidade com influência portuguesa do que com palavras em Português.

## Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim (1998), “Ruptura e estruturação de um novo império” e “Configurações políticas” in *História da Expansão Portuguesa*. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores. vol. 4, 9-211.
- ALEXANDRE, Valentim (2000), *Velho Brasil novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2001), “O império português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*. Lisboa, 2004: ICS. n.º 169, vol. XXXVIII, 959-979.
- ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1982-1997), *Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, 1998: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ASCHER, François (2001-2008), *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa, 2010: Livros Horizonte.
- BANDARIN, Francesco; OERS, Ron von (2012), *The historic urban landscape*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- BANDARIN, Francesco; OERS, Ron von (ed.) (2015), *Reconnecting the City: the Historic Urban Landscape approach and the future of urban heritage*. Oxford: Wiley-Blackwell.



- CASTELLS, Manuel (2004), “Un mundo urbanizado sin ciudades?”, *La Vanguardia*. Barcelona: 2004/05/09.
- CERDÁ, Ildefonso (1867), *Teoría general de la urbanización, y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*. Madrid, 1968: Instituto de Estudios Fiscales, 3 vol.
- CHOAY, Françoise (1992), *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
- COELHO, Carlos Dias (coord.) (2013), *Cadernos de morfologia urbana 1: os elementos urbanos*. Lisboa: Argumentum.
- CONZEN, M.R.G. (1960), *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. London, 1969: Institute of British Geographers.
- CONZEN, M.R.G. (1968), “The Use of Town Plans in the Study of Urban History” in *The Study of Urban History*. London: H. J. Dyos (ed.), Edward Arnold, 113-130.
- CORBOZ, André (2000), “La Suisse comme hyperville”, *Le Visiteur*. Paris: Société française des architectes & Éditions de l'Imprimeur, n.º6.
- CORBOZ, André (2001), *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: L'Imprimeur.
- Creative economy report 2013 special edition: widening local development pathways*. Paris, 2013: UNDP e UNESCO.
- CULLEN, Gordon (1961), *Paisagem Urbana*. Porto, 1984: Edições 70.
- DEMISSIE, Fasil (ed.) (2012), *Colonial Architecture and Urbanism in Africa: Intertwined and Contested Histories (Design and the Built Environment)*. Burlington: Ashgate.
- FERNANDES, José Manuel (1987), “O Lugar da Cidade Portuguesa.” *Povos e Culturas*, Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, n.º 2, 79-112.
- GONÇALVES, Adelino (2011), *Património urban(istic)o e planeamento da salvaguarda*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (ed.) (2008), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Aldershot: Ashgate.

- HAARHOFF, Errol J. (2011), “Appropriating modernism: apartheid and the South African township”, *A|Z, Journal of the Faculty of Architecture*. Istanbul: Istanbul Technical University, n.º 1, vol. 8, 184-195.
- HERS, Manuel (ed.) (2015), *African Modernism: The Architecture of Independence. Ghana, Senegal, Kenya, Zambia, Côte d’Ivoire*. Chicago: University of Chicago Press.
- International charters for conservation and restoration: monuments and sites I*. Munique, 2004: ICOMOS.
- JANSSENA, Joks; LUITENB, Eric; RENESC, Hans; ROUWEN DALC, Han (2014), “Heritage planning and spatial development in the Netherlands: changing policies and perspectives”, *International Journal of Heritage Studies*. Routledge, n.º 20, 1:1-21.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2008), *A diplomacia do império. Política e religião na partilha de África (1820-1890)*. Lisboa, 2012: Edições 70.
- KULTERMANN, Udo (1963), *New architecture in Africa*. New York: Universe Books.
- KULTERMANN, Udo; FRAMPTON, Kenneth (orgs.) (1999), *World Architecture 1900-2000: a critical mosaic. Central and Southern Africa*, vol. 6. New York: Springer.
- KOESTLER, Arthur (1967), *The Ghost in the Machine*. London, 1990: Arkana.
- KOSTOF, Spiro (1991), *The city shaped: urban patterns and meanings through history*. London: Thames and Hudson.
- KOSTOF, Spiro (1992), *The city assembled: the elements of urban form through history*. London: Thames and Hudson.
- KUBLER, George (1962), *The shape of time, remarks on the history of things*. New Haven, 1967: Yale University Press.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (2014), *Património cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOWENTHAL, David (1999), “Authenticity: Mock of faith or quicksand quagmire?”, *Newsletter*. The Getty Conservation Institute, n.º 14, 3: 5-8.
- LYNCH, Kevin (1960), *A imagem da cidade*. Porto, 1982: Edições 70.

- LYNCH, Kevin (1972), *De qué tiempo es este lugar?*. Barcelona, 1975: Gustavo Gili.
- MARZOT, Nicola (2002), "The study of urban forma in Italy", *Urban Morphology*. 6(2): 59-73.
- MATTOSO, José (dir.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3 vol.
- MITCHELL, William J. (1995), *City of bits: space, place, and the infobahn*. Cambridge: MIT Press.
- MITCHELL, William J. (1999), *E-topía: "vida urbana, Jim; pero no la que nosotros conocemos."* Barcelona, 2001: Gustavo Gili.
- MONCLOUS, Javier; GUARDIA, Manuel (ed.) (2006), *Culture, urbanism and planning*. Burlington: Ashgate.
- MOUDON, Anne Vernez (1997), "Urban morphology as emerging interdisciplinary field", *Urban Morphology*, 1: 3-10.
- MURATORE, Giorgio (1975), *La ciudad renascentista*. Madrid, 1980: Instituto de Estudios de Administration Local.
- NJOH, Ambe J. (2007), *Planning power: town planning and social control in colonial Africa*. London: UCL.
- ROGER, Alain (1997), *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard.
- ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Helder (org.) (1999), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, 2001: atas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROSSA, Walter (1995), A cidade portuguesa, *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. III, 233-323.
- ROSSA, Walter (1989-2001), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra, 2002: Almedina.
- ROSSA, Walter (2002-2013), *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra, 2015: Imprensa da Universidade.
- ROSSA, Walter (2012), *(des)Construção da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Coimbra 2013: relatório da unidade curricular apresentado

à Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Agregado em Arquitetura.

ROSSA, Walter (2014), “Stone Raft, allegory on the spread of European urbanistics in Early Modern times”, *Joelho*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra. n.º 6, no prelo (também em [https://www.academia.edu/9706967/Stone\\_Raft\\_allegory\\_on\\_the\\_spread\\_of\\_European\\_urbanistics\\_in\\_Early\\_Modern\\_times](https://www.academia.edu/9706967/Stone_Raft_allegory_on_the_spread_of_European_urbanistics_in_Early_Modern_times))

ROSSA, Walter (2015a), “A fénix do património colonial”, *Público*. Lisboa: 2015/01/15.

ROSSA, Walter (2015b), “Lisboa: da busca de imagem de capital”, *Rossio, estudos de Lisboa*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. n.º 5.

RYKWERT Joseph (1963), *The Idea of a Town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the Ancient World*. Cambridge/London, 1988: MIT Press.

SASSEN, Saskia (1991), *The global city*. Princeton, 2001: University Press.

SASSEN, Saskia (1994), *Cities in a world economy*. Thousand Oaks, 2012: Sage.

SITTE, Camillo (1889), *Der Städte-Bau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*. Viena.

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de (1993), *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona, 1997: UPC.

STINY, George; GIPS, James (1972), “Shape grammars and the generative specification of painting and sculpture”, *Information Processing*, 71: 1460-1465.

STINY, George (1980), “Introduction to shape and shape grammars”, *Environment and Planning B: Planning and Design*, 7(3): 343-351.

WATERTON, Emma; WATSON, Steve (ed.) (2015), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research*. Basingstoke: Palgrave.

WEBBER, Melvin M. (1968), “The post-city age”, *Daedalus*. Boston: MIT Press, n.º 97-4: 1091-1110.

ZAGARI, Franco (2006), *Questo è paesaggio: 48 definizioni*. Roma: Mancosu.

TERÁN, Fernando de (2009), *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal.

VIEGAS, Sílvia Leiria (2015), *Luanda, cidade (im)previsível?* Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)